



AA
FCS

Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Ata Número um

Assembleia da Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 21:00 horas, reuniu no edifício da Junta de Freguesia, em Castelo Viegas, a Assembleia da Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas, em Sessão Ordinária.

A mesa da Assembleia foi presidida por João José Matos Alves Aldeia, Presidente da Assembleia de Freguesia, secretariado por Filipe Alexandre Madeira Rodrigues Neves e por Virgínia Abreu Marques

Presenças e Ausências:

Encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia que constam da lista de presenças em anexo bem como todos os membros do executivo.

Após a verificação do quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, passando-se de imediato aos trabalhos previstos na convocatória 2025/1.

PONTO UM

Intervenção do público: Esperados os 30 minutos legais e regimentares, não se verificou a presença de público nem qualquer pedido de intervenção por parte deste.

PONTO DOIS

Período antes da Ordem do Dia (60min)

a) Assuntos de interesse da Freguesia

Começou por tomar a palavra o membro Celso Jordão, em representação da bancada do Partido Socialista, para proceder à leitura de uma intervenção redigida pelo membro Gustavo Rocha, da mesma bancada, que, embora presente na sessão, se encontrava com a saúde debilitada. Na mensagem lida, o membro saudou o novo Executivo, desejando-lhe sucesso no mandato, e



Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

sublinhou a urgência de assegurar a máxima transparência e rigor na gestão das contas públicas. Nesse sentido, apresentou formalmente a proposta de realização de uma auditoria externa e independente às contas da Freguesia. Salientou que, mesmo tendo a atual Presidente integrado o executivo anterior, a auditoria deve ser encarada como uma prática de boa governação e responsabilidade, habitual em transições de mandato, e não como um ato de desconfiança. Elencou como principais objetivos do processo: garantir transparência no início do novo ciclo, reforçar a confiança da população, clarificar a situação financeira atual e identificar eventuais necessidades de correção. Concluiu propondo que a Assembleia delibere a criação de uma comissão acompanhante, composta por um representante de cada força política, para supervisionar o processo de auditoria a cargo de uma entidade independente (Revisor Oficial de Contas ou empresa de revisão de contas).

O membro único eleito pela CDU, Rui Manuel Agapito Marques, tomou a palavra para, numa primeira instância, endereçar os parabéns ao novo executivo e formular votos de que o mandato produza resultados visivelmente positivos para os fregueses. De seguida, no âmbito dos assuntos de interesse da Freguesia, questionou a Mesa sobre a empreitada na Rua Augusto Matos, notando o aparente atraso da sua conclusão face aos prazos inicialmente previstos. Embora tenha elogiado a construção de passeios como um excelente exemplo de promoção da mobilidade pedonal, relatou o descontentamento de alguns moradores face à alegada redução de lugares de estacionamento resultantes da obra, particularmente na zona do lado onde está o armazém da Junta. Por fim, solicitou esclarecimentos adicionais à Senhora Presidente, nomeadamente se a obra já se encontra formalmente concluída e rececionada, e se a construção do passeio terminará no local atual ou se está prevista a sua extensão até à Rua Coelho da Rocha.

Pela bancada da coligação Juntos Somos Coimbra, a membro Lúcia Joana Martins Falcão tomou a palavra para desejar um bom trabalho ao Executivo, apelando a que a Assembleia atue de forma estritamente colaborativa e focada nos superiores interesses da freguesia. Relativamente à proposta de auditoria externa apresentada pelo PS, pediu clarificação sobre se a intenção era votá-la de imediato e alertou para a necessidade imperativa de se apurarem os custos associados. Questionou diretamente os proponentes sobre a existência de alguma consulta prévia ao mercado, considerando essencial conhecer o encargo financeiro para a Freguesia antes de qualquer deliberação.



AA-
Fey

Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Respondendo à questão financeira, o membro Gustavo Rocha explicou que a comissão a criar ficará responsável por auscultar o mercado e obter os respetivos orçamentos, considerando que o custo não será um obstáculo face a outros encargos já suportados pela autarquia no passado. A membro Lídia Falcão insistiu, questionando a motivação para uma auditoria nesta fase, dado ser uma medida sem precedentes recentes. Em jeito de conclusão, o membro do PS justificou a iniciativa com a necessidade de garantir total transparência face a dúvidas do passado, sublinhando que a auditoria permitirá clarificar as contas herdadas e encarar o futuro da Freguesia com o devido rigor.

Numa nova intervenção, o membro Rui Manuel Agapito Marques (CDU) solicitou ao Executivo a implementação de uma prática regular de retorno de informação sobre os assuntos e pedidos apresentados pelos eleitos nesta Assembleia. O membro alertou para o facto de muitas questões ficarem apenas registadas em ata sem que se conheça o seu desfecho ou encaminhamento posterior, dando como exemplos temas relacionados com a recolha de resíduos (ERSUC), vias e espaços específicos da Freguesia. Defendeu que a apresentação de um simples ponto de situação — clarificando se os assuntos foram reportados à Câmara Municipal, Estradas de Portugal/Infraestruturas de Portugal ou outras entidades competentes — seria suficiente para atestar o devido seguimento dos processos e manter a Assembleia devidamente informada.

Face às dúvidas levantadas sobre o impacto financeiro da auditoria proposta, o Senhor Presidente da Assembleia sugeriu o adiamento da votação até que os custos estejam devidamente apurados. O membro **Gustavo André Gonçalves Rocha** (PS) anuiu à sugestão e comprometeu-se a solicitar orçamentos, os quais serão posteriormente enviados a todos os eleitos para análise. Em resultado deste consenso, a Assembleia deliberou protelar a votação desta matéria para a próxima sessão ordinária ou para uma eventual sessão extraordinária, caso se revele necessário agilizar o processo.

b) Intervenção da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia

No período reservado à sua intervenção, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra para saudar todos os presentes nesta primeira Assembleia do novo mandato, reiterando o respeito do Executivo pelo papel fiscalizador e deliberativo do órgão. Apelou a que o debate político decorra sempre com elevação, respeito institucional e foco exclusivo nos interesses da Freguesia, garantindo, da sua parte, uma postura de total transparência e prestação de contas.

Abordando a proposta de auditoria externa levantada anteriormente, a Senhora Presidente manifestou a sua oposição. Justificou que as contas passadas se encontram devidamente aprovadas e que não existe qualquer receio de escrutínio. Contudo, defende que a medida representaria um gasto desnecessário de recursos financeiros que farão falta para projetos prioritários, nomeadamente a modernização e a desmaterialização administrativa.



Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Alertou ainda a bancada proponente para o facto de a Assembleia de Freguesia não ter competência legal para solicitar orçamentos ou adjudicar serviços, sendo essa uma atribuição exclusiva do Executivo. Reforçou que, exercendo funções a tempo inteiro, está totalmente disponível para receber qualquer membro na Junta que pretenda consultar presencialmente os processos.

A Senhora Presidente anunciou também uma mudança simbólica e de descentralização: doravante, salvo motivos de força maior, as sessões da Assembleia passarão a realizar-se em Castelo Viegas.

A finalizar, informou que está em curso a revisão e criação de novos regulamentos autárquicos e anunciou que a membro do Executivo, Catarina, iria responder de imediato à questão suscitada pelo membro da CDU referente à empreitada da Rua Augusto Matos, garantindo assim uma maior agilidade no retorno de informação.

Em jeito de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia justificou o seu pedido anterior de orçamentação à bancada do PS. Clarificou que sabia de antemão que a Assembleia não possui competência para apresentar propostas de adjudicação oficiais. A sua intenção foi apenas consciencializar os membros presentes para o facto de uma auditoria representar um gasto financeiro bastante elevado para os cofres da autarquia.

Numa intervenção complementar, a Senhora Presidente informou a Assembleia de que, no próximo ano, a Junta transitará para uma contabilidade mais avançada, passando a dispor de balanços e demonstrações de resultados. Alertou que esta mudança exigirá a contratação permanente e obrigatória de um Revisor Oficial de Contas (ROC), com um custo mensal estimado de 500 euros. Clarificou ainda que esta transição foi adiada para o próximo ano civil por forma a priorizar o financiamento da modernização administrativa atualmente a decorrer na autarquia.

No uso do direito de resposta, o membro Gustavo André Gonçalves Rocha refutou a afirmação de que todas as contas passadas teriam sido aprovadas, recordando que, em mandatos anteriores, houve documentos de prestação de contas reprovados por esta Assembleia, facto que pode ser atestado pela consulta das respectivas atas. Aproveitou o momento para reiterar o pedido, já efetuado na última sessão do mandato anterior, exigindo a apresentação detalhada e discriminada das contas relativas às edições da Feira Popular de 2024 e 2025, apelando à vontade de transparência do Executivo.

De seguida, o membro invocou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013) para defender a legitimidade da Assembleia de Freguesia na exigência de uma auditoria. Elencou diversas competências consagradas na lei, nomeadamente as de acompanhar e fiscalizar a atividade da Junta, apreciar e votar documentos de prestação de contas, tomar posição sobre relatórios de auditorias e apreciar regularmente a informação financeira.



A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page.

Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Concluiu reafirmando que, embora a adjudicação formal e contratualização do serviço não possa ser feita pelos membros da Assembleia, o órgão deliberativo possui, inequivocamente, a prerrogativa legal de propor auditorias, bem como de as avaliar e sobre elas emitir parecer.

No seguimento do compromisso assumido pela Senhora Presidente, a Secretária do Executivo, Ana Catarina de Oliveira Ferreira, tomou a palavra para prestar os devidos esclarecimentos sobre a empreitada na Rua Augusto Matos. Explicou que o processo teve início em 2023, em articulação com a Câmara Municipal, mas o primeiro concurso ficou deserto por insuficiência de verba. Um novo procedimento foi lançado em janeiro de 2025, tendo a obra sido adjudicada à empresa Ferreira de Sousa. A Secretária clarificou que a intervenção abrange apenas a zona habitacional consolidada e que os passeios estão a ser executados em calçada de blocos de cimento (PAVE) por indicação técnica do município. Justificou a ausência de nova pavimentação em alcatrão com o facto de a empresa Águas de Coimbra prever intervir brevemente na via para a instalação da rede de águas pluviais, o que obrigaria à destruição prematura do pavimento caso este fosse alcatroado agora.

Relativamente às preocupações com o estacionamento junto ao estaleiro da Junta, assegurou que o número de lugares não foi reduzido; o espaço foi apenas alvo de um ordenamento necessário, complementado com a construção de um pequeno muro com vegetação para arranjo paisagístico. Por fim, informou que a obra iniciou há cerca de dois meses e encontra-se ainda dentro do prazo de execução de 90 dias. Aproveitou para atualizar a Assembleia de que os restantes parques infantis da Freguesia já se encontram concluídos, restando apenas a intervenção no Parque Infantil da Quinta da Várzea, que ficará a cargo da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente informou a Assembleia sobre o desenvolvimento de uma nova identidade visual e marca de comunicação para a Freguesia, clarificando que a sua aplicação em viaturas e fardamentos não trará custos adicionais, estando englobada num contrato de design já existente. Destacou também o sucesso das recentes iniciativas sociais, nomeadamente a obtenção de entradas gratuitas no 'Portugal dos Pequenitos' para as famílias apoiadas pelo Cabaz de Natal e a Festa de Natal das escolas, cujos presentes reverteram de forma solidária para a instituição 'Cavalo Azul'.

Por fim, deu nota de que já solicitou uma reunião à nova Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, à qual enviou um extenso caderno de encargos com as principais preocupações da Freguesia. Entre os vários dossiês a debater, destacou: obras urgentes em vias (Rua dos Leitões) e escolas (Cruz dos Morouços e Almas); problemas estruturais em equipamentos desportivos e de saúde; a transferência de património camarário para a Junta (edifício em Castelo Viegas e antigo depósito); a criação de um Posto de Turismo no Rossio; e a exigência de uma maior delegação de competências na manutenção do mobiliário urbano.



Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

PONTO TRÊS - Ordem do Dia

Questão Prévia e Reorganização dos Trabalhos:

Antes de se iniciar a discussão dos subpontos da Ordem do Dia, o membro da Assembleia Sérgio Fernandes, em representação da bancada do Partido Socialista, solicitou o uso da palavra para apresentar uma questão prévia relativa à organização da convocatória. Na sua intervenção, começou por saudar os presentes e reiterar o compromisso da sua bancada com uma postura colaborativa, construtiva e transparente, sem prejuízo do rigoroso dever de fiscalização da atividade do Executivo em prol da população.

Quanto à Ordem do Dia, o referido membro questionou a pertinência da separação entre a alínea b) (Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026) e a alínea c) (Aprovação do Mapa de Pessoal para 2026). Argumentou que, uma vez que o Mapa de Pessoal é parte integrante e indissociável dos documentos previsionais do orçamento, não faria sentido a sua votação de forma autónoma num ponto posterior.

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Bertília Simão, reconheceu a pertinência da observação efetuada. Esclareceu que a intenção inicial do Executivo passava pela apresentação conjunta, dada a interdependência direta entre o mapa de pessoal e a execução orçamental. Nesse sentido, e para garantir a coerência da discussão, a Senhora Presidente propôs formalmente a junção das alíneas b) e c) num único ponto de discussão e votação.

Consultados os restantes membros da Assembleia, registou-se a concordância unânime relativamente a esta proposta de reorganização. Em consequência, o Senhor Presidente da Assembleia determinou que os subpontos passariam a ser apreciados e votados em conjunto, sob a designação: "Aprovação do Plano de Atividades, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2026"

a) Apreciação da atividade da junta de freguesia e sua situação financeira - art 9 alínea e) da Lei 75/2013

Iniciando a Ordem do Dia, a Senhora Presidente apresentou o Relatório de Atividades referente aos últimos dois meses, justificando o seu envio tardio aos membros da Assembleia com o excepcional volume de trabalho sentido neste período de transição de mandato. Na apreciação da situação financeira e das atividades recentes, destacou o esforço orçamental para garantir as iluminações natalícias, este ano com extensão à Conraria. Relativamente ao planeamento orçamental para 2026, explicou que os valores se mantiveram tendencialmente em linha com os aprovados para 2025, dada a necessidade de aguardar pelas diretrizes e eventuais retificações decorrentes da entrada em funções do novo Executivo da Câmara Municipal. A Senhora Presidente abordou ainda o projeto de modernização administrativa em curso, anunciando a adaptação das instalações em Santa Clara para acolher o 'Espaço Cidadão'. Alertou, contudo, que a autarquia enfrenta atualmente uma grave carência de recursos humanos no atendimento ao público, agravada por situações de absentismo. Salientou que a resolução deste problema e



AF
FV

Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

a viabilização do próprio 'Espaço Cidadão' estão diretamente dependentes da aprovação do Mapa de Pessoal e consequente abertura de concursos para a contratação de novos assistentes técnicos.

A concluir a sua intervenção sobre as atividades e opções de gestão do Executivo, a Senhora Presidente sublinhou a forte aposta na requalificação dos parques infantis da freguesia, num investimento que superou os 100 mil euros. Esclareceu que, perante a iminência de encerramento destes equipamentos por falta de condições, o Executivo assumiu esta rubrica como uma prioridade absoluta em detrimento de outras obras, com o objetivo de promover a brincadeira ao ar livre e combater os problemas de saúde mental associados ao isolamento e ao uso excessivo de ecrãs pelas crianças. Destacou a elevada afluência aos parques requalificados de Santa Clara e Valverde e congratulou-se com o avanço do novo parque no jardim da Quinta da Várzea.

Por último, alertou a Assembleia para a situação delicada do parque infantil da Mata de Cedros, o qual foi edificado num lote pertencente à EDP. Uma vez que o terreno se encontra à venda, a Presidente informou que o Executivo está a desenvolver diligências urgentes junto da Câmara Municipal de Coimbra para tentar destacar e adquirir ou permutar aquela parcela, salvaguardando a titularidade pública do espaço antes de nele se executarem novos investimentos.

Ainda no uso da palavra, e a título de aditamento aos assuntos de interesse geral da Freguesia tratados no ponto anterior, a Senhora Presidente abordou a recente celebração dos 30 anos do Exploratório. Informou que, durante a cerimónia, a Presidente da Câmara Municipal de Coimbra anunciou a intenção de alterar a toponímia da atual 'Rotunda das Lages' para 'Rotunda do Exploratório'. A Senhora Presidente da Junta manifestou o seu desagrado perante este anúncio, não por oposição à instituição homenageada, mas pelo facto de a autarquia local (Junta e Assembleia) não ter sido previamente consultada, conforme legalmente exigido. Alertou que o local partilha a sua envolvente com outras entidades de relevo (como a Praxis e a Quinta das Lágrimas) e que a situação já gerou descontentamento e pedidos de esclarecimento por parte dos moradores das Lages. Terminou sugerindo que a Assembleia de Freguesia emita um sinal formal de desagrado por este desrespeito institucional, sublinhando que a Freguesia exige ser ouvida e não pode ser 'atropelada' nestes processos de decisão.

Na sequência da informação prestada, gerou-se um consenso geral entre os membros da Assembleia. Várias intervenções sublinharam que, embora não exista qualquer oposição à justa homenagem ao Exploratório, a forma como o anúncio da alteração toponímica foi feito — sem prévia auscultação ou comunicação aos órgãos da Freguesia — representou uma evidente desconsideração institucional. Os membros manifestaram também preocupação com a posição fragilizada em que a autarquia é colocada perante os moradores da zona, que exigem justificações que a Junta não possui.



Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Face ao exposto, o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação de uma tomada de posição formal focada exclusivamente no método do processo e não no nome proposto. Após acerto da redação final, foi submetido a votação um ***“Pedido de esclarecimento e demonstração de descontentamento pela desconsideração do órgão Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas na pretensão de alteração do nome da Rotunda das Lages”***.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

b) Aprovação do Plano de Atividades, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2026 - art.º 11, do anexo I da lei 75/2013 e art.º 9 alínea m) da Lei 75/2013

Iniciando a discussão sobre o Plano de Atividades e Orçamento, o membro Rui Manuel Agapito Marques, da bancada da CDU, propôs que este novo mandato de quatro anos seja assumido estrategicamente como o 'mandato da mobilidade'. Em resposta à intervenção anterior da Senhora Presidente sobre os parques infantis, o membro salientou que, para que a população possa usufruir desses espaços de lazer, é imperativo garantir condições para que as pessoas lá cheguem a pé. Nesse sentido, defendeu a construção de uma rede de passeios contínua e interligada em Santa Clara, que permita aos fregueses deslocarem-se em segurança e com facilidade, reduzindo significativamente a dependência e o uso do automóvel.

Retomando a discussão conjunta do Plano de Atividades, Orçamento e Mapa de Pessoal, o membro Sérgio Fernandes tomou a palavra para colocar algumas questões ao Executivo e solicitar um eventual esclarecimento jurídico aos presentes. Na sua análise ao Mapa de Pessoal, o membro sinalizou ligeiras diferenças face a uma versão apresentada anteriormente, questionando se o Executivo havia alterado as suas prioridades. Concretamente, indagou se a vaga prevista para a área das finanças tem como objetivo substituir e cessar o atual contrato de avença com o gabinete de contabilidade externo, e pediu mais clarificações sobre a proposta de criação de três novas vagas para a área administrativa.

Num segundo momento, o membro levantou uma questão formal pertinente relativa ao documento do Orçamento: alertou a Assembleia para o facto de o mesmo, apesar de estar devidamente assinado pelo contabilista, não se encontrar datado. Face a esta omissão, manifestou reservas quanto à legalidade de se proceder à aprovação do documento naquelas condições, reiterando o pedido de um parecer ou esclarecimento jurídico.

A questão formal sobre a ausência de data junto à assinatura do contabilista gerou um breve debate entre os membros da Assembleia e o Executivo. Enquanto alguns membros debatiam a obrigatoriedade legal dessa datação, a Senhora Presidente esclareceu que, tratando-se de um documento previsional para o ano de 2026, a aposição de uma data específica pelo contabilista



AA.
Filipe

Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

não seria o elemento validante, sendo antes fundamentais as datas de aprovação pelos respetivos órgãos autárquicos. Para dissipar definitivamente as dúvidas e permitir o avanço dos trabalhos, o 1º Secretário da Mesa, Filipe Neves, tomou a palavra para prestar um esclarecimento adicional. Informou a Assembleia de que, após rápida consulta, pôde confirmar que os documentos previsionais (Orçamento) carecem obrigatoriamente de estar datados pelo Executivo e pela Assembleia de Freguesia aquando da sua aprovação, exigindo-se a assinatura do contabilista, mas não a respectiva datação por este. O 1º Secretário sublinhou ainda a distinção face aos documentos de Prestação de Contas, onde aí sim, a data apostada pelo contabilista é estritamente obrigatória para a validade do documento.

Em resposta às questões colocadas, a Senhora Presidente esclareceu que a nova vaga prevista para a área financeira não visa substituir a avença com o gabinete de contabilidade externo. Explicou que o objetivo desta contratação é internalizar as tarefas diárias de gestão e registo que atualmente são asseguradas por um colaborador externo (Filipe), garantindo assim maior estabilidade aos serviços da Junta. Questionada sobre o método de recrutamento, a Presidente confirmou que as admissões serão feitas através de concurso público, o qual será instruído e gerido por uma entidade externa e independente, assegurando total transparência e rigor ao processo.

Para complementar a resposta, o 1º Secretário da Mesa, Filipe Neves, na qualidade de Contabilista Certificado, prestou um esclarecimento técnico à Assembleia. Explicou que, à luz do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e dos estatutos da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), existe uma clara separação de funções: a Junta necessita de um técnico interno para a classificação e registo diário no software de contabilidade; contudo, é legalmente obrigatória a figura de um Contabilista Certificado externo, com inscrição válida na Ordem, para a certificação do Orçamento e das Contas. Concluiu, assim, que a nova contratação interna não invalida nem substitui a necessidade legal de manter o serviço externo de contabilidade.

O membro Ricardo Alexandre Janeiro e Silva, em representação da bancada da coligação Juntos Somos Coimbra, iniciou a sua intervenção enaltecendo a elevação do debate e elogiando o domínio profundo e a clareza demonstrados pela Senhora Presidente na resposta aos diversos dossiês da Freguesia. Em sede de apreciação do Plano e Orçamento, e com o intuito de apresentar contributos construtivos direcionados à comunidade, o membro elencou quatro propostas concretas à consideração do Executivo:

1. A criação do "Atlas da Freguesia": um registo histórico e institucional de todos os eleitos locais (Junta e Assembleia) desde 1976 até à atualidade, com o objetivo de valorizar e preservar a memória democrática local;
2. O reforço do Espaço Cidadão: sublinhou a urgência da sua implementação (já referida pela Presidente) para descentralizar serviços administrativos (renovação de cartas de condução,



Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

alterações de morada) e evitar a deslocação de pessoas com mobilidade reduzida à Loja de Cidadão;

3. A implementação do "Projeto Amalgam": uma iniciativa direcionada à comunidade sénior, focada no combate ao isolamento social através da promoção regular de caminhadas, oficinas de memória, convívios e estimulação cognitiva;

4. A criação de um Balcão de Apoio ao Fundo Ambiental: um serviço dedicado à divulgação e prestação de esclarecimentos sobre apoios à eficiência energética, assumindo a Junta um papel de facilitador ativo na promoção da literacia ambiental junto da população.

Concluiu a sua intervenção manifestando total disponibilidade para continuar a apresentar propostas futuras que beneficiem a população.

Na sequência da apresentação de propostas, o membro Rui Manuel Agapito Marques (CDU) interveio para constatar que as iniciativas acabadas de elencar pela bancada Juntos Somos Coimbra já se encontravam, de facto, plasmadas no documento do Orçamento sob apreciação. Em resposta, a Senhora Presidente da Junta clarificou que tal se deve ao facto de ter solicitado previamente contributos a todas as forças políticas representadas na Assembleia. Explicou que as propostas atempadamente recebidas foram integradas no planeamento, sublinhando que este é o método de trabalho que defende: ouvir as várias sensibilidades e aproveitar os melhores contributos de cada um em prol da Freguesia. A concluir a troca de impressões, o membro da CDU questionou se todos os partidos teriam apresentado propostas neste processo prévio, tendo sido esclarecido pela sala que não.

No decorrer da discussão, a membro Lídia Joana Martins Falcão tomou a palavra para sublinhar que a 'proximidade' é a palavra-chave do Plano e Orçamento apresentado. Enalteceu as novas dinâmicas propostas pelo Executivo, tais como a futura implementação do Espaço Cidadão, a reorganização do atendimento e a descentralização das sessões da Assembleia para Castelo Viegas, considerando-as medidas fundamentais para suprimir barreiras e dar resposta aos problemas da população. A membro recordou que é dever de todos os eleitos atuar como ponte de ligação entre a comunidade e a Junta, prestando especial atenção à ação social. Alertou para a prevalência da 'pobreza envergonhada' na freguesia, apelando à vigilância e sensibilidade de todos os membros para sinalizar cidadãos em carência extrema. Corroborando a intervenção anterior da bancada Juntos Somos Coimbra, destacou a importância de comunicar e apoiar ativamente a população no acesso a financiamentos do Fundo Ambiental, dando o exemplo de famílias que vivem em pobreza energética. Terminou a sua intervenção felicitando o Executivo pela abertura e pelo potencial do documento, e reiterou a sua total disponibilidade pessoal para ajudar os fregueses na instrução dessas candidaturas, em articulação com a Comissão Social de Freguesia.



Al.
Ruy

Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Numa nova intervenção, o membro Rui Manuel Agapito Marques (CDU) elogiou o Plano de Atividades e Orçamento apresentado, classificando-o como o melhor e mais bem estruturado desde que integra a Assembleia, referindo, sem qualquer desprimor para o mandato anterior, que a inclusão de propostas das várias forças políticas terá contribuído para este bom resultado. Considerou que a visão estratégica para 2026 se encontra claramente explanada no documento, revendo-se em particular na forte aposta e preocupação com a mobilidade urbana. A finalizar a sua intervenção, o membro colocou uma questão técnica de âmbito financeiro ao Executivo, solicitando que fosse justificada a divergência de 17% verificada entre os valores orçamentados para 2025 e a previsão para 2026.

Em resposta à questão levantada pela bancada da CDU, foi esclarecido que a divergência orçamental de 17% se deve à regularização e acerto de verbas referentes a contratos interadministrativos que se encontravam acumulados e pendentes desde 2018. O membro Rui Manuel Agapito Marques registou a justificação e manifestou o desejo de que o Orçamento agora debatido não se torne 'letra morta', mas que se traduza em efeitos práticos na vida dos fregueses, reconhecendo que a Junta, sendo o órgão de maior proximidade, tem muitas vezes de insistir continuamente junto da Câmara Municipal para a resolução dos problemas.

A Senhora Presidente corroborou esta visão, exemplificando com o processo moroso das caldeiras das árvores, no qual o Executivo tem exercido pressão constante junto dos serviços camarários e da Assembleia Municipal, aguardando-se ainda o agendamento de uma reunião com a nova Presidente da Câmara para desbloquear estes dossiês.

A finalizar o debate, a Senhora Presidente deixou ainda dois agradecimentos públicos: à funcionária/colaboradora Joana, por ter desenhado e passado para o papel o planeamento do novo espaço de atendimento; e ao membro Ricardo, pela sua proatividade em partilhar com o Executivo as atualizações sobre os programas de financiamento. Terminou lançando um apelo a todos os eleitos para que continuem a reportar os problemas que identifiquem nas centenas de ruas da freguesia, auxiliando assim a Junta na monitorização do território.

A encerrar a discussão sobre o Orçamento, o 1º Secretário da Mesa, Filipe Neves, efetuou uma intervenção de cariz técnico-financeiro, corroborando as palavras proferidas pelo membro Rui Agapito. Atestou, na sua qualidade profissional, que o documento apresentado cumpre escrupulosamente todas as normas contabilísticas e legais em vigor. Explicou que a elaboração deste Orçamento decorreu num contexto de incerteza, uma vez que a Câmara Municipal de Coimbra ainda não aprovou o seu próprio orçamento, desconhecendo-se os montantes exatos relativos a transferências e delegação de competências. Face a este cenário, clarificou que a aparente redução orçamental se deve à adoção de um rigoroso 'princípio de prudência' por parte do Executivo, optando-se por inscrever apenas as despesas e receitas de capital que já se encontram contratualizadas.



Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Salientou ainda que o documento acautela devidamente as necessidades do novo Mapa de Pessoal, a atualização de custos face à inflação e o estrito cumprimento do limite legal (12%) para as remunerações do Executivo, reunindo assim todas as condições técnicas e formais para ser aprovado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa submeteu à votação o Plano de Atividades, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2026. Os referidos documentos foram aprovados por maioria, registando-se 7 (sete) votos a favor (da bancada Juntos Somos Coimbra e do membro da CDU), 5 (cinco) abstenções (da bancada do Partido Socialista) e 1 (um) voto contra (da membro eleita pelo partido CHEGA).

Após a votação, o membro representante do partido CHEGA apresentou formalmente uma Declaração de Voto para justificar o seu voto contra a proposta de Plano de Atividades e Orçamento. A sua rejeição fundamentou-se em motivos estritamente processuais, de legalidade formal e de transparência na gestão. Em primeiro lugar, o eleito denunciou a má qualidade de impressão e digitalização dos documentos fornecidos aos membros da Assembleia, referindo conterem pontos ilegíveis que impossibilitaram uma análise rigorosa e o exercício de um voto informado, violando assim o direito fundamental dos eleitos à informação. Em segundo lugar, apontou a preterição do Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98, concretamente o art. 5.º, n.º 3), afirmando que a sua bancada não foi convocada para a fase de consulta e discussão prévia do documento, o que limitou indevidamente a sua participação e a apresentação de propostas. Em terceiro lugar, criticou a desatualização do quadro normativo interno, referindo que a Assembleia continua a reger-se por um Regimento de 2014, o qual considera desajustado das atuais exigências de transparência. Por fim, o membro reiterou a sua concordância com a necessidade de se realizar uma auditoria externa e independente às contas da Junta (tema debatido no início da sessão), considerando-a uma medida imperativa para garantir a total transparência na gestão dos dinheiros públicos, a legalidade da administração autárquica e a salvaguarda do interesse dos fregueses.

A declaração de voto entregue à mesa será devidamente anexa a esta ata.

No uso do direito de resposta à declaração de voto apresentada pelo partido CHEGA, a Senhora Presidente da Junta refutou categoricamente as alegações proferidas. Em primeiro lugar, no que concerne à violação do Direito de Oposição, a Presidente assegurou que o Executivo cumpriu escrupulosamente a lei, tendo enviado cartas registadas a todos os partidos políticos com assento na Assembleia para efeitos de consulta prévia — facto que foi de imediato corroborado pelo membro da CDU, que confirmou a receção da referida comunicação pelo seu partido. Em segundo lugar, relativamente à legibilidade dos documentos, a Senhora Presidente explicou que, assim que foi alertada para a fraca qualidade da digitalização (precisamente pelo membro da CDU), diligenciou de imediato o envio das versões digitais originais (exportadas do programa) para todos os eleitos, garantindo a total transparência do processo.



Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Considerou ainda descabida a justificação de uma auditoria com base neste documento, lembrando que o Orçamento é uma projeção para 2026 e não uma prestação de contas do passado. A Presidente lamentou o que considerou ser um voto 'pré-formatado', alheio à discussão construtiva e detalhada que decorreu durante a sessão. Registou-se, nesta fase, uma breve tentativa de intervenção por parte do público presente, tendo a Mesa recordado prontamente as normas regimentais que ditam que o público apenas tem uso da palavra no período especificamente destinado para o efeito. A terminar, o Senhor Presidente da Assembleia determinou que os esclarecimentos ficassem devidamente exarados em ata. Agradeceu a presença e a elevação de todas as intervenções, considerando a sessão altamente construtiva e produtiva, e, não havendo mais assuntos a tratar, declarou encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Ordinária pelas 23:30 horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia,

(João José Matos Alves Aldeia)

O Primeiro Secretário,

(Filipe Alexandre Madeira Rodrigues Neves)

O Segundo Secretário,

(Virgínia Celeste Saraiva de Abreu Marques)